

**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
REQUERIMENTO N.º 2002  
(DO SR. LUIZ RIBEIRO)**

Solicito que sejam convidados o Ministro da Casa Civil, Pedro Parente, que coordena a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, o Presidente da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, Mario Miranda, o Representante da ANEEL e o Diretor do Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis/IBAMA - para se pronunciarem sobre o Contrato de 58 usinas térmicas móveis emergenciais que irá custar ao governo até R\$ 16 bilhões, tarifa do seguro - apagão e atraso em 25 usinas por causa do licenciamento ambiental.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a ser agendada, o Ministro da Casa Civil Pedro Parente que coordena a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, o Presidente da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, Mario Miranda e o Diretor do Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, para se pronunciarem sobre o Contrato de 58 usinas térmicas móveis emergenciais que irá custar ao governo até R\$ 16 bilhões, as tarifa do seguro - apagão que desde o mês passado a população brasileira já começou a pagar e estará pronto quem sabe somente em 1 de julho, mais dessas 58 usinas pelo menos 25 destas, estão atrasadas por causa do licenciamento ambiental.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta solicitação se faz necessária devido à necessidade de esclarecer a esta Comissão e a população brasileira, diga-se de passagem a mais afetada, esta iniciativa da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e da Estatal Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, de colocar em ação um Programa emergencial de prevenção contra apagões, contratando 58 usinas móveis, sendo que a metade destas ainda não está pronta, outras ainda dependem do licenciamento ambiental para operar até 1 julho, prazo estipulado pela CBEE, ademais, com isso o governo irá gastar de 6,7 a 16 bilhões com o aluguel e o funcionamento dessas usinas. Desde o mês passado o consumidor já recebeu a fatura de luz com a cobrança do seguro – apagão que nem pronto está. Creio que necessitamos de melhores esclarecimentos, pois todos nós estivemos juntos por oito meses num racionamento de energia elétrica e não seria justo hoje sermos penalizados com mais uma tarifa na conta de luz para tão somente beneficiar as distribuidoras.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 2002.

**LUIZ RIBEIRO**  
Deputado Federal  
PSDB – RJ